

YVES LÉONARD
HISTÓRIA
DA NAÇÃO
PORTUGUESA

TRADUÇÃO
PAULO RAMOS

 Planeta

Para Françoise, Baptiste, Inès, Marie e Maxence.

Portugal



Índice

ÍNDICE DOS MAPAS	15
INTRODUÇÃO	17
A nação e o universal	18
«A nação valente e imortal»	20
Salazar, «casado com a nação»	22
Novas interrogações	25
PRIMEIRA PARTE – UM REINO POR UM SONHO	
CAPÍTULO 1 – Quando começou Portugal?	35
«Os nossos antepassados, os lusitanos»	38
Viriato, uma memória ambígua	42
Antes de Portugal, ainda não existia Portugal	44
Fundação de um reino, Portugal	48
CAPÍTULO 2 – Não ser Castela	53
Identificação de um país	56
Uma nação medieval?	60
«A rainha morta»	62
«A Batalha»	68

CAPÍTULO 3 – «Heróis do mar»	77
A expansão marítima	79
Um «messianismo imperial»	87
«As gentes da nação»	91
A epopeia.	100
CAPÍTULO 4 – «A vã glória de mandar»	105
«Para nascer, Portugal. Para morrer, o mundo»	107
Uma história trágico-marítima	112
Senhores e escravos.	117
De um messianismo a outro.	124
SEGUNDA PARTE – UMA CERTA IDEIA DE PORTUGAL	
CAPÍTULO 5 – A independência ou a morte!	133
Os «Filipes»	136
O ouro do Brasil	140
«Uma nação de estufa»	145
Rio, capital de Portugal.	149
O «povo em armas»	153
A nação soberana	158
CAPÍTULO 6 – A fábrica da nação	165
Uma nação digna desse nome	167
«Novos brasis em África»	173
Ultimato e crise da consciência nacional.	177
Comemorações e liturgia cívica	181
Nação e República.	186
CAPÍTULO 7 – «Tudo pela nação»	195
Salazar, «o professor da nação»	197
«Somos os filhos desse passado»	203
«A apoteose da consciência nacional»	207

«Viver naturalmente»	213
«Para o bem da nação»	217
TERCEIRA PARTE – QUAL A NARRATIVA DA NAÇÃO?	
CAPÍTULO 8 – «A nação una»	225
«Do Minho a Timor»	228
O tempo dos «senhores Jourdain» do lusotropicalismo	234
«Os 3 F» – Fado, Fátima e Futebol	238
Um plebiscito de todos os dias	246
CAPÍTULO 9 – A Europa e o Atlântico	251
«O império está morto, viva a Europa»	253
O «bom aluno da Europa»	257
A nação dispersa	262
«Um ar específico de interseção»	267
CAPÍTULO 10 – <i>Nation branding</i> e narrativa nacional	275
« <i>Exceptio</i> -nacionalidade» portuguesa?	278
Saudades de Salazar?	284
Do Panteão Nacional a CR7	291
CONCLUSÃO	297
NOTAS	303
CRONOLOGIA	321
BIBLIOGRAFIA	329
AGRADECIMENTOS	333
ÍNDICE ONOMÁSTICO	335

Índice dos mapas

Portugal	9
Hispania romana durante o governo do imperador Augusto (27 a. C.-14 d. C.)	33
Invasões germânicas e monarquia sueva (séculos V-VI).	41
A Reconquista (séculos XI-XIII).	76
A expansão marítima portuguesa (séculos XV-XVI).	86
«A África portuguesa» no tempo de Salazar	218

Introdução

«As nações todas são mistérios, cada uma é todo o mundo a sós», escrevia o poeta Fernando Pessoa (1888-1935). Tal observação é algo surpreendente numa coleção dedicada à história das nações europeias que começa por uma nação considerada das mais antigas da Europa. Uma nação construída por um Estado que se formou cedo com a fundação do reino de Portugal em meados do século XII e por uma língua que contribuiu largamente para a unidade de um país cujas fronteiras continentais, estáveis desde o final do século XIII, coincidem com os seus limites linguísticos. Neste Estado-nação centralizador, bastante poupado em termos de revoltas locais, as minorias étnicas, religiosas e linguísticas foram fortemente contidas. Em resumo, o caso de Portugal, tanto pela sua precocidade como pela aparente estabilidade, únicas à escala da Península Ibérica e do continente europeu, parece longe de ser um mistério.

No entanto, como salientou o ensaísta Eduardo Lourenço (1923-2020), a fórmula de Pessoa «combina na perfeição com a maneira como os portugueses vivem a sua relação consigo mesmos e com o mundo». Unidade territorial, expansão marítima e o surgimento da nação contribuíram para alimentar esta «contemplação feliz e maravilhada do eu» já destacada por Eduardo Lourenço com essa «vértebra a mais» que contrasta singularmente com «a Espanha invertebrada» descrita em 1921 por José Ortega y Gasset.¹ Se nenhum povo pode viver sem

uma imagem positiva da sua história, o povo português parece ter-se instalado como que à margem do mundo, escudado pela grandeza do seu passado e como ancoradouro atlântico periférico, no extremo ocidental da Europa. Ao ponto de dar a impressão de se satisfazer com isso, ao mesmo tempo que reivindica a sua vocação universal, da qual são testemunho, desde a instauração da República em 1910, tanto a bandeira nacional, ornamentada com o brasão das Quinas e a esfera armilar, ou astrolábio esférico – símbolos da fundação de Portugal e da epopeia marítima, que convocam para o presente o passado heroico da nação –, como o seu hino nacional *A Portuguesa*, à glória dos «Heróis do mar, nobre povo/ Nação valente e imortal».

A nação e o universal

Este emblema da esfera armilar, representação simbólica do universo colocada ao centro da bandeira nacional, parece fundir-se «na vida secular da nação e o povo compreende facilmente o seu significado alegórico», como já o havia destacado em 1910 a comissão encarregada de conceber a nova bandeira nacional. Esta esfera armilar impõe-se como «modelo do nosso génio aventureiro», consciente de que «ninguém pode contestar que a epopeia marítima portuguesa é o facto culminante, essencial da nossa vida coletiva».² Como que para esconjurar o fatídico regresso, durante tanto tempo adiado, à estreiteza do seu retângulo europeu de menos de 100 000 km² – «a pequena casa lusitana» de um milhão de habitantes evocada pelo poeta Camões em *Os Lusíadas*, obra publicada em 1572 –, depois de ter «dado novos mundos ao mundo». O futuro desta nação inscreve-se numa missão universal a cumprir, alimentada durante muito tempo por um espírito de cruzada e de reconquista, associado a um sonho imperial e messiânico, desde o infante D. Henrique, *o Navegador*, e da conquista de Ceuta, em Marrocos, em 1415. Este sonho, despedaçado pela sanção dos factos históricos e por uma descolonização tardia a seguir à Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), que derrubou a longa ditadura

salazarista, transmutou-se num sentimento de universalidade que parece indissociável de uma nação que continua a querer ser maior do que o seu território retangular continental. Um pequeno retângulo nos confins da Europa, como apontou no seu diário Miguel Torga (1907-1995) no verão de 1974: «Nómadas no mundo, teremos de ser agora sedentários conviventes nesta Europa onde sempre coubemos mal e nunca nos soubemos realizar. Partir era a nossa carta de alforria. Hoje os caminhos não serão já os da demanda de espaços abertos a uma afirmação tolhida no berço, mas os de um achamento interior prote-lado séculos a fio.»³

O 10 de junho, feriado nacional desde 1919, atualmente Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, depois de ter sido exaltado pelo Estado Novo salazarista (1933-1974) – regime ditatorial concebido e dirigido por Salazar (1889-1970) – como Dia de Camões, de Portugal e da Raça, comemora todos os anos o aniversário da morte do poeta, a 10 de junho de 1580. Esta festa da nação portuguesa começou a ser concebida por ocasião das comemorações do tricentenário em 1880, verdadeira máquina de guerra republicana contra a monarquia dos Braganças. Em Lisboa, onde seria proclamada a República a 5 de outubro de 1910, tinha sido inaugurada em 1867 uma estátua do autor de *Os Lusíadas*, promovido a grande poema nacional pelos portugueses, da mesma maneira que a *Ilíada* para os gregos e a *Eneida* para os romanos. Com Camões e a epopeia de *Os Lusíadas* pareciam então conciliar-se internacionalismo humanista e inspiração nacional, sentimento universal e sentimento nacional, esfera armilar e brasão das Quinas. Como qualquer outro rito comemorativo, este orquestrado em torno da memória de Camões não escapou a um anacronismo contornado à custa de uma exaltação tão heroica como deslocada deste «peito ilustre lusitano,/ A quem Neptuno e Marte obedeceram» no qual residiria o enigma da singularidade histórica de Portugal. Para um homem tão sensível como Camões à «inconstância do tempo e da fortuna», esta exaltação intemporal teria ecoado singularmente quando, no momento da sua morte, Portugal se afundava numa crise profunda agravada pela derrota de Alcácer Quibir em Marrocos (1578) e a morte sem herdeiro

do jovem rei D. Sebastião conduziu à união ibérica das duas coroas sob domínio espanhol (1580-1640). A morte do «poeta nacional» coincidiu com a perda da independência a favor de Espanha, mantida há mais de quatro séculos, desde a fundação do reino de Portugal. Esta morte revelou toda a fragilidade e os excessos de uma expansão marítima heroicizada com a viagem à Índia de Vasco da Gama (1498), odisseia portuguesa dos tempos modernos, e esta «glória de mandar!/ Ó vã cobiça/ Desta vaidade, a quem chamamos Fama» que através da voz «do velho do Restelo», figura emblemática de *Os Lusíadas*, Camões esperara esconjur.

«A nação valente e imortal»

Como sobreviver à perda, temporária, da independência em 1580, à desintegração do império português do Oriente no século XVII, à independência do Brasil no início da década de 1820 e, por fim, à das colónias de África – rebatizadas «províncias ultramarinas» – em meados da década de 1970? Coabitando dolorosamente com um profundo sentimento de declínio aliado à nostalgia de uma idade de ouro, a da expansão marítima. Procurando novos horizontes sob a forma de Eldorado, «espaços compensatórios», desde o império colonial de outrora até à Europa atual. Dando provas de uma resiliência que se tornou lendária, a de «nação valente e imortal» cantada no hino nacional, correndo o risco de promover uma conceção essencialista de uma nação «de brandos costumes», «navio-nação» que flutua, mas não afunda. Por fim, passando pela peneira a narrativa nacional de um passado assombroso, demasiado pesado para carregar. É numa oscilação pendular entre a consciência de uma fragilidade secular aliada ao ressentimento de declínio e à exaltação de um passado tão mais grandioso quanto mais longínquo, idolatrado por Salazar sob a forma de alegoria compensatória de um passado recente denegrido; é nesta oscilação que devemos apreender a narrativa que estrutura a construção nacional a partir do final do século XVIII.⁴

A passagem para um enredo progressista que se substitui à narrativa providencialista tradicional, comandada apenas pela vontade divina e pelo arbítrio dos príncipes, opera-se progressivamente no século XIX no prolongamento da revolução liberal de 1820, com a difusão das primeiras histórias de Portugal, entre as quais a de quatro volumes de Alexandre Herculano (1810-1877) é emblemática e começou a ser publicada em 1846. Para explicar os sentimentos de decadência e de perda, a narrativa liberal coloca a tónica nas responsabilidades do Estado absolutista, do catolicismo, com a expulsão dos judeus e a Inquisição – a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* de Alexandre Herculano apareceu em 1851 –, e, por último, na expansão além-mar. Por sua vez, a narrativa tradicionalista aponta o liberalismo, a franco-maçonaria e a democracia como responsáveis pelo declínio e pela desnacionalização dos portugueses, reificando o passado numa utopia retrospectiva na qual a apologia da nação se afirma como verdade histórica indiscutível. No último terço do século XIX, a história autonomiza-se progressivamente da teologia, da filosofia e da literatura. A par desta secularização, e apesar de a profissionalização dos historiadores ter sido muito lenta – a maior parte continuam a ser jornalistas, autores de textos literários e de romances históricos –, surge uma história crítica, positivista, assente em documentos e afastada das tradições míticas.

Embora a narrativa liberal se esforce por derrubar as tradições providencialistas que rodeiam a fundação de Portugal com «o milagre» da Batalha de Ourique (1139), inventado no século XIV, e a identificação dos portugueses apenas com os lusitanos, a idealização do «carácter nacional» mantém-se. Heroísmo, paixão pela independência e pela liberdade, resistência contra as ocupações estrangeiras, bravura e sentido de honra constituem o «etos português», base intangível de uma visão essencialista da nação. A legitimidade racional e secularizada, defendida por Alexandre Herculano e pela narrativa liberal, assente nos conceitos de pátria, de nação e de progresso, deverá substituir a legitimidade tradicional, dinástica.

Salazar, «casado com a nação»

Foi como reação a esta narrativa liberal que a ditadura, instaurada pelos militares em 1926 e da qual Salazar foi ministro das Finanças em 1928 e depois presidente do Conselho em 1932, antes de criar o Estado Novo em 1933, impôs uma conceção normativa de uma história apolo-gética da nação. Conceção aplicada logo a partir da escola, através de manuais de instrução cívica e propaganda, cujo objetivo é elogiar «o esforço da nação e a autoridade dos valores da família, da fé, da firmeza do governo e do respeito pela hierarquia», ao mesmo tempo que se censurava implacavelmente tudo o que era suposto encarnar a «dissolução do espírito nacional» e «o enfraquecimento da confiança no futuro».

Um dos ideólogos e historiadores do regime salazarista afirmou em 1935 que «na história de Portugal é verdadeiro tudo aquilo que glorifica a nação portuguesa, é falso tudo o que a desvaloriza, a diminui, a desacredita». Aos olhos do regime, só são admissíveis a história medieval e a da expansão marítima em torno da figura sacralizada do infante D. Henrique (1394-1460), com quem a propaganda se esforçou por identificar Salazar e cujo quinto centenário da morte, em 1960, deu lugar a imponentes comemorações que realçaram a continuidade entre a conquista de Ceuta pelo infante em 1415 – o «sábio de Sagres» – e a defesa intransigente do ultramar português pelo regime salazarista. Passada a «idade de ouro das Descobertas», a história é desacreditada, considerada jornalismo e entregue na sua parte mais contemporânea apenas aos ideólogos do regime.

Graças à propaganda, com o apoio zeloso da hierarquia católica e, mais musculado, desta administração do medo encarnado pela polícia política, pela arbitrariedade judicial e pela censura, Salazar pretendeu modificar as mentalidades e os «maus costumes» adquiridos pelos seus compatriotas ao longo de vários séculos de «degenerescência», levando-os a passar da vulnerabilidade e da desordem, imputadas ao liberalismo e à República anteriores ao golpe de Estado militar de 1926, para uma «regeneração» do corpo nacional, antes de atingirem uma nova idade

de ouro do «splendor da nação» e, *in fine*, a salvação. Tudo isto devia decorrer num contexto de moral cristã, assente num espírito de sacrifício imbuído do respeito pelas tradições, das privações de liberdade e de renúncia, de modo a evitar que a ordem estabelecida fosse perturbada para, segundo Salazar, se poder «subir a colina da redenção».

A narrativa nacional construída pelo Estado Novo salazarista culmina com a Exposição do Mundo Português organizada em Lisboa no segundo semestre de 1940 para «comemorar os centenários» de 1140 (fundação de Portugal) e de 1640 (restauração da independência face à Espanha), com destaque para a colonização portuguesa como perpetuação da expansão marítima e do infante D. Henrique. Em plena Segunda Guerra Mundial, da qual Portugal, oficialmente neutro, se manteve à parte, esta Exposição do Mundo Português «aparentemente fora do tempo, concebida como uma missa à glória da nossa vocação colonizadora e missionária, não teve outros espectadores senão nós mesmos». ⁵ No entanto, também pretendeu mostrar ao mundo inteiro que «Portugal não é um país pequeno», como o recorda um mapa de propaganda criado para a Exposição Colonial Portuguesa, organizada no Porto em 1934, no qual Angola e Moçambique, com os seus mais de dois milhões de quilómetros quadrados, se sobrepõem, a vermelho, a uma grande parte da Europa. Esta exposição comemorativa de 1940 pretendeu consagrar um equilíbrio harmonioso entre o brasão histórico das Quinas e a esfera armilar, entre a cidade e o castelo de Guimarães, no Norte do país, «berço histórico da nação», e Lisboa, «capital do império» de onde partiram Vasco da Gama e os navegadores ao assalto ao «Mar Tenebroso», entre o rei D. Afonso Henriques, *o Fundador* (1139-1185), e o infante D. Henrique, *o Navegador*, as duas figuras históricas sacralizadas pelo regime salazarista.

Construída em torno dos «oito séculos de independência», esta narrativa nacional está fortemente impregnada de anacronismos, de folclore local e do mito «de um país de brandos costumes», sem se preocupar com a brutalidade consubstancial do salazarismo, tanto na metrópole como no ultramar, nem se debruçar sobre um longo passado colonial marcado pelo racismo, sobre um fundo de comércio negro e

de escravatura, oficialmente abolidos em 1836 e 1869, mas substituídos, de facto, pelo trabalho forçado até ao início da década de 1960. A «portugalidade exemplar» exaltada pelo regime em torno do longo passado colonial avança então mascarada por detrás da ficção jurídica de uma nação pluricontinental – «do Minho a Timor» – e do mito do lusotropicalismo alimentado por um regime que celebrava as virtudes fantasiadas da mestiçagem – essa «miscigenação» observada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), arregimentada pelo regime salazarista na década de 1950 – e uma «colonização exemplar» para melhor justificar a sua presença no ultramar.

Criar uma nação, tal era a obsessão de Salazar, a ponto de se dizer que ele estava «casado com a nação». «Tudo pela nação, nada contra a nação», martelava a propaganda, chegando a fazer crer que, despojado das suas «províncias ultramarinas», Portugal deixaria de existir. Algo que a revolução dos Capitães de Abril provaria não ser verdade na primavera de 1974, após treze anos de Guerra Colonial, e ao mesmo tempo mostraria até que ponto «a nação una», pluricontinental «do Minho a Timor» continuava a ser uma ficção pela defesa da qual os jovens soldados portugueses – a duração do serviço militar passara a ser de quatro anos – estavam longe de estar convencidos de que deveriam bater-se «até à morte». Tudo isto não obstante a narração de uma nação imperial produzida pelo regime salazarista a partir do Ato Colonial de 1930; e apesar da celebração televisiva do 10 de junho que, a partir de 1963 e durante dez anos, se tornou uma «homenagem às forças armadas portuguesas», unindo ao som do hino nacional os «heróis do passado aos do presente» num momento de comunhão coletiva em redor de uma comunidade imaginada, «a nação una e indivisível, do Minho a Timor». O «plebiscito diário», tão caro a Ernest Renan, resumia-se a uma emigração massiva que fugia do recrutamento e da pobreza, e nessa altura Portugal era então o único país da Europa Ocidental a ficar despovoado. A construção narrativa salazarista em torno da nação pluricontinental falhou na criação de uma ficção histórica na qual os portugueses teriam acreditado em comum, «numa consciência de pertença partilhada e vivida como um valor supremo».⁶

Novas interrogações

Salazar morreu em julho de 1970 e o salazarismo foi derrubado a 25 de Abril de 1974, a nação tinha má reputação, por cerca de meio século de ditadura e muitos anos de Guerra Colonial. A Europa surgiu então como um substituto rápido e cómodo. «O império está morto, longa vida à Europa», repetiam as autoridades portuguesas. Para depois Mário Soares salientar que «a entrada na Europa põe um ponto final no ciclo imperial de Portugal», recordando que, se Portugal é «um dos mais antigos países da Europa, foi o próprio peso do nosso império que nos distraiu da Europa e nos levou a entrar em decadência». O tratado de adesão foi assinado a 12 de junho de 1985 em Belém, bairro de Lisboa de onde partiram os navegadores nos séculos xv e xvi, no coração do Mosteiro dos Jerónimos, local de memória onde estão depositados os restos mortais de Camões e Vasco da Gama. «Nestes claustros velhos de quatro séculos juntam-se hoje o passado e o futuro de Portugal [...] quisemos sublinhar que a fidelidade às nossas raízes e tradições constitui condição essencial para a construção do futuro», declarou Mário Soares, então primeiro-ministro, para depois acrescentar: «Para Portugal, a adesão à CEE representa uma opção fundamental por um futuro de progresso e de modernidade.»

No entanto, alguns anos mais tarde, já visto pelos seus vizinhos como o «bom aluno da Europa», Portugal deu mostras da sua modernidade com a Expo'98, Exposição Universal organizada em Lisboa, para celebrar os oceanos, «património da humanidade», por ocasião do quinto centenário da chegada à Índia de Vasco da Gama (1498-1998), que deu o seu nome à nova ponte construída sobre o Tejo, então a mais longa da Europa. De esfera armilar e todas as velas ao vento, a Expo'98 pareceu consagrar um Portugal moderno, europeu e universalista, «navio-nação» que teria atirado para o fundo do porão essa «pátria-saudade», onde, para citar de novo Eduardo Lourenço, «a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, era o termos sido». Ainda em 1998, o Prémio Nobel da Literatura é atribuído a José Saramago, primeiro autor de língua portuguesa a receber tal distinção. Em 1986, ano da

entrada de Portugal na Europa comunitária, José Saramago tinha publicado *A Jangada de Pedra*, romance em que a Península Ibérica se separa do continente europeu para a seguir rumar a sul e à África, fazendo desta jangada de pedra o «rebocador» da Europa para «a tornar solidária com os povos explorados do Terceiro Mundo».

Esta passagem do império para a Europa fez-se acompanhar por interrogações renovadas acerca da identidade no longo prazo desta «nação europeia moderna» e dos conteúdos da narrativa nacional. A ideia, já presente no século XIX em Herculano, de uma construção da nação como um processo longo que não pode ser resumido a algumas personagens e datas emblemáticas, foi retomada e aprofundada a partir da década de 1980 por historiadores como Vitorino Magalhães Godinho, Luís Reis Torgal ou José Manuel Sobral, que se libertaram de uma conceção essencialista da nação. José Manuel Sobral interrogou-se acerca da realidade do sentimento nacional num país durante muito tempo marcado pelo analfabetismo ligado a um baixo nível de escolaridade, destacando numerosas manifestações deste sentimento nacional entre as classes populares, diferentes das das elites, mas partilhadas com elas, nomeadamente durante a crise dinástica de 1383-1385, o domínio filipino (1580-1640) ou as invasões francesas (1807-1811). Quanto ao medievalista José Mattoso (1933-2023), demonstrou a importância determinante da continuidade de um Estado forte e centralizado para forjar a unidade de um espaço nacional constituído por áreas com características geográficas, políticas e culturais muito diferentes (Norte-Atlântico, Norte-Interior, Sul do Tejo). O que demonstra até que ponto, para Portugal e «a maior parte dos países da Europa, esclarecer a Idade Média é fornecer não todas mas algumas chaves da identidade dos Estados-nações europeus», como lembrou o historiador Stéphane Bois-sellier, especialista em Portugal medieval.⁷ Durante os últimos anos, novas gerações de historiadores têm-se interessado de perto pelos fatores de coesão e de unidade na construção da nação moderna, como a língua, a escola, o desporto, o ensino da História, o serviço militar e as forças armadas, assim como os locais de memória com a estatuária urbana, o Panteão, a toponímia ou os símbolos nacionais. Vários

questionam igualmente a narrativa nacional sob a perspetiva do passado colonial, do lugar da escravatura, do trabalho forçado e do racismo – lugar durante muito tempo subestimado, senão mesmo ignorado. Tal como a França e muitos outros países, Portugal não existe separadamente do mundo. Em 2020 foi publicada uma *História Global de Portugal*. Enriquecida com perto de 90 contribuições, nem sempre consegue descentrar a análise e ser mais do que uma história, solidamente documentada e atualizada, de Portugal no mundo. Enfim, ainda está por escrever uma história popular de Portugal⁸ que se demarque de uma história nacional que até agora tem dado demasiada importância à palavra escrita, ignorado a memória dos «sem história» e se tem centrado nas elites e nos grandes acontecimentos em detrimento da vida dos atores anónimos do quotidiano.

A história da nação portuguesa proposta nas páginas que se seguem inspira-se nestes diferentes trabalhos, questionando na longa duração as relações de Portugal com a sua própria história, com a questão ibérica, com o seu espaço nacional diversificado, com o seu espaço linguístico e cultural («lusitanidade», «lusofonia», «comunidades portuguesas», «diáspora») e, por fim, com o espaço-mundo (ancoragem europeia, atlantismo). Estes dez capítulos estão estruturados num quadro cronológico porque estamos convencidos de que – embora não haja um *continuum* implacável no longo processo de construção da nação portuguesa – vale a pena, por uma questão de contextualização e de clareza pedagógica, tentar distinguir as principais etapas e articulações procurando evitar a dupla armadilha de uma visão simultaneamente essencialista – a-histórica – e teleológica que domina a historiografia tradicional e numerosos ensaios literários sobre o assunto. Consciente, na sequência de Pessoa, de que se «as nações todas são mistérios», isto é particularmente verdade no caso de Portugal, que, apesar de vizinho, continua a ser um país com uma história muito mal conhecida, mesmo depois de transposto o limiar, muitas vezes impeditivo, dos estereótipos e preconceitos, especialmente numerosos em França em relação aos portugueses, e de um modo geral associados à emigração.

Por último, estas interrogações ecoam com a atualidade de Portugal, onde as questões relativas à identidade nacional se multiplicaram nestes últimos anos sob os golpes de uma crise económica e social aliada ao descrédito da política, alimentado sobretudo por uma recomposição das direitas portuguesas. A eleição, em outubro de 2019, de um deputado da extrema-direita para o Parlamento português – uma estreia desde a Revolução dos Cravos – teve o efeito de um tiro de aviso ampliado pelo resultado obtido por este deputado de 38 anos, André Ventura, nas eleições presidenciais do início de 2021 com perto de 12% dos votos e o resultado das eleições legislativas antecipadas de janeiro de 2022, através das quais o Chega se tornou o terceiro partido no Parlamento, com 12 deputados e perto de 7,5% dos votos. Ao contrapor com toda a vontade «eles» e «nós», estes «portugueses de bem» que foi o seu *slogan* da campanha presidencial, André Ventura serve-se do discurso e do imaginário do salazarismo, tendo como pano de fundo castelos medievais, narrativa nacional e grandes homens dos cerca de «oito séculos da história nacional», enquanto declara ao mesmo tempo que «Salazar, a maior parte do tempo, também não resolveu os problemas do país». Baseando em parte o seu discurso na Idade Média e na fundação de Portugal, em torno de figuras míticas como o primeiro rei D. Afonso Henriques, Ventura apresentou-se diante do castelo de Guimarães, «berço da nação», como «eu sou a voz do património dos portugueses de bem e trago comigo todas as histórias de Portugal», encarnando «a alvorada de que Portugal precisa». Xenófobo e racista, estigmatizando as comunidades ciganas e os repatriados das antigas colónias de África, Ventura e o seu partido Chega, assim como alguns grupúsculos identitários, encarnam essa «extrema-direita 2.0»⁹ particularmente à vontade com as redes sociais e os algoritmos destas. Ao professar uma nostalgia *high-tech* de uma «portugalidade exemplar» e o essencialismo de um povo-nação branco, abre fragmentações narrativas e identitárias, cujo principal alvo de ódio é o «0 25 de Abril», a Revolução dos Cravos, que considera no mínimo inútil, senão mesmo nefasto.

Antes de dar início a esta história da «nação valente», também vale a pena recordar que, a partir de 24 de março de 2022, Portugal já viveu

mais dias em democracia do que em ditadura graças ao «25 de Abril». E guardar na memória o sorriso luminoso da atleta nascida em Lisboa de pais angolanos, Patrícia Mamona, vice-campeã olímpica do triplo salto a 1 de agosto de 2021 em Tóquio, declarando, depois de agradecer a Portugal exibindo a bandeira nacional, que «Portugal é um país pequeno, mas conseguimos fazer grandes coisas. Somos pequenos, mas somos grandes».